



DOI: 10.20396/rfe.v15i00.8672944

O ensino de Filosofia entre nós: um mosaico do Centro de Formação de Professores (CFC) da UFRB

The teaching of Philosophy among us: a mosaic of the Teacher Training Center (CFC) of UFRB

Kleber Santos Chaves¹ 

SOARES, Emanuel Luís Roque; ZUNINO, Pablo Enrique Abraham; ANDRADE, Ricardo Henrique Rezende de (org). **O ensino de Filosofia entre nós**. Cruz das Almas, BA: UFRB, 2018.

A obra em tela, como evidenciado no título acima, teve lugar de organização no Centro de Formação de Professores (CFP) da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). O lócus é central, pois aponta desde o início que os autores estiveram desafiados a romper uma renitente cisão entre uma Filosofia que parece fechada em si (acadêmica) e outra que, preocupada com o ensino e a propagação pode ser vista como não-Filosofia. A obra expressa um diálogo de filósofos e de suas pesquisas com o ensino de Filosofia, tarefa a que se dedicam (ou se dedicaram na oportunidade) por pertencerem² justamente a um centro de formação de professores.

Sendo uma coletânea em formato eletrônico (*e-book*), publicada pela editora da própria universidade em 2018, no livro se articulam nove autores (as), sob a organização de três deles. Os professores Emanuel Luiz Roque

¹ Doutorando e Mestre pelo Programa de Pós Graduação em Ensino da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (PPGEn/UESB). Licenciado em Filosofia (IFNSV/CEUCLAR). Professor de Filosofia na rede estadual da Bahia (SEC/BA). E-mail: kleber.ksc2@gmail.com

² A exceção consta da dupla autora do capítulo cinco.

Soares, Pablo Enrique Abraham Zunino e Ricardo Henrique Resende de Andrade, apresentados adequadamente mais adiante.

O meu contato com a obra se deu no “Segundo seminário de metodologia e prática do ensino de Filosofia (SEMPEF)”, evento da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), cujo tema foi justamente “O ensino de Filosofia entre nós”. No seminário, alguns dos autores (as) apresentaram seus textos, muitas vezes incitados pelos participantes com questões sobre metodologia e prática de ensino de Filosofia.

Já no livro, coube ao eminente professor da Universidade Federal da Bahia (UFBA-BA), Dante Augusto Galeffi, recordar no prefácio que a Filosofia em todos os períodos históricos floresceu, afora outros, de “lugares impensáveis, inóspitos, isolados, pequenas províncias...” (SOARES; ZUNINO; ANDRADE, 2018, p. 13). Sinalizando que o recôncavo baiano, como o próprio estado, está autorizado à empreitada de pensar livremente, ainda que possa parecer estranho a pessoas de outros centros (mundos) que se compreendam mais autorizados para a tarefa. Após apresentar brevemente e comentar cada um dos capítulos, reafirmou que mesmo irrealizável em completude, a tarefa da Filosofia deve ser levada adiante em todos os cantos, inclusas as “províncias” sertanejas que se apresentam e constroem uma perspectiva-mundo.

Adiante, “Subjetivação, pesquisa e formação em Filosofia” constitui o primeiro capítulo, assinado por Cícero Oliveira, doutor em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC/RJ), mestre em Filosofia pela Universidade Federal de Goiás (UFG-GO) e graduado em Filosofia também pela UFG, atuando como docente na mesma universidade desde 2019, para onde se transferiu após três anos na UFRB. O autor destaca

da sua experiência de pesquisa a Filosofia Política, a Ética, a Filosofia da Educação e a Filosofia Geral³.

Teoricamente o texto se aprofundou em Michel de Foucault, mais detidamente nos conceitos de “atos de verdade” e “regime de verdade”, especialmente pensados com o texto *Do governo dos vivos*. O professor destaca nas duas primeiras partes que o conceito de “atos de verdade” tem uma relação íntima com a religião cristã e a necessidade de expressão das verdades dogmáticas realizadas por atos nos quais a força religiosa se imiscuia e exigia em seus fiéis, meio pelo qual era possível definir “regimes de verdade”, responsáveis por configurar o indivíduo a específicas manifestações do verdadeiro.

A seguir, o professor apresenta questões que motivam a escrita do capítulo, das quais destaco como central a seguinte: “a formação e a pesquisa acadêmica em Filosofia, como são tendencialmente praticadas entre nós e em particular na pós-graduação, constituem algo próximo de um regime específico de verdade?” (SOARES; ZUNINO; ANDRADE, 2018, p. 54). Na reflexão e desenvolvimento da questão, o autor aponta que a pesquisa filosófica no Brasil é fortemente traçada como “análise interpretação autorreferida” (SOARES; ZUNINO; ANDRADE, 2018, p. 58) que tipificaria um “regime de verdade”, dentro do qual estariam os filósofos-pesquisadores constrangidos a responder com seus atos (de pesquisa/produção/publicação). Na perspectiva do texto, o problema nessa configuração é que a Filosofia fica enquadrada na ruminação do já dito, perdendo-se do vivo, que é responsável pelos movimentos criadores e renovadores na/da Filosofia.

O segundo capítulo tem autoria de Daniel Rodrigues Ramos, doutor em Filosofia pela *Pontificia Università Antonianum*, (PUA-Itália), mestre em Filosofia pela UFG-GO, graduado em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO) e professor da Universidade Federal do

³ As informações sobre a carreira dos (das) autores (as) citadas ao longo do texto foram extraídas da Plataforma Lattes (<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/busca.do?metodo=apresentar>), das suas respectivas páginas, entre os dias 05 e 08 de março de 2023.

Tocantins (UFT-TO), para onde se transferiu após cinco anos na UFRB. Destaca o desenvolvimento de pesquisas na área de fenomenologia, em especial, em Husserl, Scheler e Heidegger. Seu escrito é uma provocação pois no contexto do livro versa “Sobre a im-possibilidade de ensinar Filosofia”.

Em um primeiro momento, o professor apresenta a questão do Pensamento como “vigor impetuoso” e o pensar como “indômito” (SOARES; ZUNINO; ANDRADE, 2018, p. 66), o que motiva a sua distância dos cursos de Filosofia que se assentam em aspectos tais como os históricos e os didático-pedagógicos. Por isso, refletindo com a Filosofia oriental em *Chuang Tzu* e com Platão (Fédon), o autor assevera que “não é possível ensinar a Filosofia!” pois “não está em nosso poder dar ao outro a possibilidade de pensar” (SOARES; ZUNINO; ANDRADE, 2018, p. 70).

Dito isso, o professor apresenta o conceito de Impossibilidade, em primeiro momento quanto à sua compreensão mais comum/usual. Nela a impossibilidade é pintada como uma deficiência ou como uma ineficiência. Contudo, a impossibilidade é “condição de possibilidade” (SOARES; ZUNINO; ANDRADE, 2018, p. 77) e é essencial ao filosofar, pois a impossibilidade está no próprio humano “assinalando-o com a possibilidade ainda não consumada de já ser aquele ser capaz de perguntar e compreender o mais oculto” (SOARES; ZUNINO; ANDRADE, 2018, p. 78). Isso implica que o homem seja capaz de pensamento e, por isso, seja capaz da Filosofia, porque sendo impossível quando não realizada, é sempre uma possibilidade de vir a ser.

Daqui em diante, o autor recorda que o encontro com a questão filosófica é de cada pensador, ainda que não seja um acontecimento nem subjetivo nem objetivo, pois o pensar, não sendo repetir, também não é uma iniciativa inaugurada em cada um, haja vista que “a experiência do aprender a pensar é medial e inter-mediária” (SOARES; ZUNINO; ANDRADE, 2018, p. 80). Nessa direção, o autor afirma o modo próprio do pensar filosófico por meio do conceito de “Decisão”, como em Heinrich Rombach. Nele, a decisão passa pelo escolher ser sempre mais a si mesmo e, sabendo de si e consigo,

decidir mais saber, permanecendo sempre próximo ao problema com o qual se encontrou. De modo que ensinar e aprender, primeiramente, não seja sobre métodos e transmissões, mas sobre a mediação de experiências. Assim, porque impossível, a Filosofia é uma possibilidade ao conjunto de disciplinas escolares.

Por conta disso, não é possível fugir da questão: “A formação do Professor de Filosofia”. Tratada, no terceiro capítulo, por Emanuel Luís Roque Soares, doutor em Educação pela Universidade Federal do Ceará (UFC-CE), mestre em Educação pela UFBA-BA e graduado em Filosofia pela Universidade Católica do Salvador (UCSAL-BA), professor da UFRB desde 2008. Destaca da sua experiência a pesquisa em Filosofia, com ênfase em formação afrodescendente, educação, candomblé, ensino da Filosofia, afrodescendência e Exu.

Partindo de uma revisão histórica que atribui uma “vinda” da Filosofia ao Brasil no período jesuítico, o autor destaca como ela foi sendo movimentada pelas reformas educacionais no histórico escolar do país até a resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE) de 2006 que indicou como obrigatório o ensino de Filosofia e Sociologia. Diante do fato, pergunta-se: “como, para que e porque devemos formar professores de Filosofia?” (SOARES; ZUNINO; ANDRADE, 2018, p. 99), apontando que o seu caminho de resposta se baliza no educador brasileiro Paulo Freire, com quem é possível pensar a Filosofia como linguagem e o filosofar como uma atividade de leitura crítica e interventiva do mundo.

Como em outros textos da obra⁴, o professor Emanuel frisa que a Filosofia não pode ser confundida com a Ciência, ainda que aquela sirva para a compreensão dessa. Uma marca de distinção da Filosofia porquanto não-Ciência é sua configuração indisciplinada: “pois se disciplinada, a Filosofia sujeitar-se-ia a regras e deixaria de ser Filosofia, perdendo assim a sua função

⁴ Como no capítulo 04, especialmente na página 115 e no capítulo 07, em especial na página 159.

de crítica”, isso porque sofreria de “atrofia – aquilo que os acadêmicos chamam de especialização” (SOARES; ZUNINO; ANDRADE, 2018, p. 101).

Dessa maneira, a constituição dos cursos de formação de professores de Filosofia deve lembrar que o conhecimento filosófico é um “do tipo sendo” (SOARES; ZUNINO; ANDRADE, 2018, p. 104), que está sempre inacabado e que precisa abraçar as mais diversas linhas de pensamento filosófico, sem com isso impor verdades ou negar acesso à tradição. Desse modo, o autor frisa o papel destacado da “dialética ascendente descendente”, na qual, pela linguagem, educador e educandos realizam trocas que vão permitindo a superação de um problema na aprendizagem da Filosofia, que é sua conceituação técnica. Isso sendo possível porque o educador-filósofo não se compreende em posição de destaque em relação ao educando, mas se posiciona em igualdade, condição do diálogo.

No quarto capítulo, somos provocados pelo texto da professora Geovana da Paz Monteiro, que se manifesta “Por um ensino mais intuitivo”. Monteiro que é doutora, mestra e graduada em Filosofia pela UFBA-BA, desenvolve, a partir do mestrado, sua pesquisa no entorno da Filosofia de Henri Bergson e atua na UFRB desde 2009.

A professora pensa o ensino justamente por intermédio de Bergson, atendo-se especialmente ao conceito de duração. A princípio, ela estabelece como premissa a máxima de que o conhecimento ocorre nos humanos em vistas da fabricação de instrumentos que auxiliem nas resoluções de questões da vida prática (SOARES; ZUNINO; ANDRADE, 2018, p. 113) e que apenas depois há uma transposição desse mecanismo para o campo das ideias. Desse modo, indica que a Filosofia só é possível com o deslocamento da vida prática. Nesse ponto, ela afirma a distinção de Filosofia e Ciência, uma vez que ao filósofo competiria “intuir a experiência da duração” e ao cientista “apreender o aspecto mensurável da realidade” (SOARES; ZUNINO; ANDRADE, 2018, p. 115). Então, na Ciência a análise fixa o fluxo constante em um momento (analisando-o), enquanto na Filosofia ocorre uma apreensão

temporal inefável (intuindo-a). Ainda que distintas, a professora assevera que um diálogo constante entre Filosofia e Ciência é favorável aos processos de ensino, sobretudo para que se compreenda que os conhecimentos não são isolados ou fragmentários.

A seguir, sempre com Bergson, a autora indica que essa concepção fragmentária da realidade estaria relacionada a um pseudoproblema constante no histórico da Filosofia. Exemplificada na dualidade ordem-desordem, indica que o que há é ordem, sendo a impressão da desordem uma ordem que frustrou uma expectativa. Desse modo, é possível pensar na criação de múltiplas ordens na experiência, o que ensejaria um ensino filosófico mais intuitivo, dado que a Filosofia da duração não estaria disposta a aceitar verdades eternas e imutáveis.

Assim, intuição estaria relacionada à criação (de certo modo estética) de conceitos fluídos, mesmo admitindo que estes expressem a experiência/realidade apenas de modo parcial. Uma atividade genuinamente filosófica seria possível com a expressão da compreensão de que causas e efeitos configuram um mesmo fluxo indeterminado que manifesta o devir. Finalmente, a professora reitera a possibilidade do intercruzamento Filosofia e Ciência no campo da práxis pedagógica destacando que adjunto seria indispensável, em um ensino mais intuitivo, abertura às experiências estéticas.

O texto seguinte, capítulo cinco, pensa as “Mulheres guerreiras na República de Platão”, tendo como autores José Geraldo Vasconcelos, doutor e mestre em Sociologia pela UFC-CE e graduado em Filosofia pela mesma universidade, onde trabalha como professor que carrega experiência sobretudo nos temas: Filosofia, História e Antropologia da Educação. Texto escrito em conjunto a Tânia Gorayeb Sucupira, que é doutora e mestre em Educação e graduada em Pedagogia pela UFC. Atuando com professora da rede municipal de Fortaleza, tem entre os destaques de sua pesquisa: educação, história da educação, memória, oralidade, questões raciais,

comunidades tradicionais, movimentos estudantis na UFC, movimentos estudantis na América Latina e Europa.

O objetivo do capítulo é investigar a educação das mulheres no que o texto estabelece como um quadro social de pátrio poder, no qual a figura do homem é centro de poder, decisão e atenção ao tempo em que a mulher é pensada em um enquadramento limitado e limitante de ação. Para tanto, os autores remontam à constituição da pólis grega onde a liberdade seria a tônica, tanto que se afastar da vida pública seria possibilidade apenas de deuses e animais, nunca de homens. Adiante, os autores detalham as diferentes condições (ônticas) dos membros da pólis, evidenciando o lugar das diferentes mulheres, dentre as quais tinha destaque a mãe/esposa, capaz de gerar filhos legítimos. A essa apresentação seguem discussões que contrapõem Platão a Homero no entorno da paideia e da formação geral dos diferentes membros daquele contexto.

Destarte, a dupla autora se concentra no conceito de “amor coletivista”, indicando que as esposas dos guerreiros, guerreiras por consequência (do enlace), conviveriam em uma comunidade de mulheres na qual o cumprimento coletivo das suas funções afastaria a possibilidade do egoísmo, danosa à saúde da cidade, na qual, afora o próprio corpo, todo o mais é coletivo. Se em alguma medida Platão avança (muito pouco) ao propor condições ligeiramente melhores às mulheres (guerreiras) em sua República é em virtude de as condições experimentadas em Atenas serem ainda mais limitantes. No contexto da obra, ainda que não se evidencie explicitamente, o capítulo parece servir para pensarmos que o ensino de Filosofia precisa também ser uma oportunidade de nos chocarmos (espantarmos) com o percurso desproporcionalmente masculinizado com que a tradição filosófica foi constituída, seus porquês e as formas como essa desproporcionalidade vem sendo combatida.

O capítulo seis foi cunhado por José João Barbosa Vicente que é doutor em Filosofia pela UFBA-BA, Mestre e graduado em Filosofia pela UFG-GO. Ele sublinha da sua experiência de pesquisa os temas: Filosofia Política,

Ética, Filosofia da Educação, História da Filosofia e trabalha na UFRB desde 2009. O autor nos convida a “Reflexões sobre o ensino de Filosofia”. Para tanto, friso a escolha do autor por estabelecer diálogo com os também professores Alejandro Cerletti, Sílvio Galo e Walter Kohan, destacados pensadores do ensino de Filosofia no Brasil. Para além de acesso a distintos filósofos da tradição que vão de Agostinho a Jacques Rancière, passando por Hannah Arendt, Theodor Adorno, Heidegger e Deleuze.

Inicialmente o autor estabelece que a ação de ensinar em nada se aproxima de tutela, indução ou interferência. É um ato de despertar que não pode em nenhuma circunstância, inclusa a filosófica, compreender o ensino como um erro, ainda que o modo de ensinar esteja suscetível a falhas e equívocos. Por isso, o ensinar passa pelo “deixar o outro aprender” (SOARES; ZUNINO; ANDRADE, 2018, p.143), por meio de dois atos necessários: 1) o de compreender e 2) o de pensar livre. Ou seja, o ensino não pode pressupor a condução do outro a um destino pré-concebido, mas deve permitir o processo de “produção de uma consciência verdadeira” (SOARES; ZUNINO; ANDRADE, 2018, p.143), expressão que o autor cita de Adorno.

Adiante, concordando com Alejandro Cerletti, o professor afirma o ensino de Filosofia como um problema de ordem filosófica, antes de sê-lo um pedagógico visto que não é possível fazer Filosofia sem filosofar nem filosofar sem fazer Filosofia. Finalmente, o autor reflete que o ensino de Filosofia é uma oportunidade singular para libertar o pensamento de servilismos e dependências, rompendo tutelas e afirmando a condição de liberdade, sem a qual não há Filosofia pois é na liberdade que ela se estabelece e com liberdade permite o exercício do livre pensar.

Ainda assim, somos convidados a repensar essa afirmação com o texto: “Filosofia e educação: emancipação ou dominação?”, provocação feita no capítulo sete por Pablo Enrique Abraham Zunino, doutor, mestre e graduado em Filosofia pela Universidade de São Paulo (USP-SP), com experiência sobretudo em Filosofia Contemporânea e nela em: literatura, cinema, cultura e educação. Zunino é professor da UFRB desde 2013.

O autor começa lembrando que a Filosofia se constitui como interrogação espontânea cuja motivação é a curiosidade natural aos humanos. Em contraponto, questiona o papel de uma área assim estabelecida dentro de um quadro rígido e sistemático como o acadêmico e o escolar. Dessa bifurcação, reflete sobre a curiosidade e a objetividade entendendo que “a atitude crítica da Filosofia é uma sistematização da curiosidade natural do ser humano e do seu assombro perante o mundo” (SOARES; ZUNINO; ANDRADE, 2018, p.157). Diferenciando essa atitude filosófica da científica, ele recorda que a postura do cientista está ligada a possibilidade metodológica de re-praticar os caminhos de uma construção teórica. Enquanto fecha esse raciocínio, afirma a superação da dicotomia do “aprender a Filosofia” vs “aprender a filosofar”, porquanto ambas atitudes configurem uma relação de forma e conteúdo autorreferencial, que considera a realidade do estudante e hétero-referencial, que traz elementos alheios a essa realidade para permitir, inclusive, o reconhecimento da existência do diverso (outras realidades).

Feitas essas demarcações, o autor chega ao motivo do texto: afinal, serve a educação ao propósito da emancipação ou da dominação? Caso pensada como processo de normalização, que insere a nova geração no funcionamento do mundo vigente, reprimindo o *devir*, a educação seria dominadora. Entretanto, caso sua tarefa seja inspirada na conjugação do treino, entendido como mecanismo de aquisição de habilidades, associado a formação, compreendida como responsável por proporcionar o pensar no “como”, no “por que” e no “a partir de que”, então o caminho traçado seria de uma educação emancipadora.

No cenário hodierno, de extrema especialização dos conhecimentos que configura as carreiras e, antes, suas formações, a Filosofia parece convidada a realizar uma “tarefa de articulação cultural” (SOARES; ZUNINO; ANDRADE, 2018, p. 169). Uma vez que se delega a ela a tarefa de fornecer os instrumentos para a conjugação, pelos estudantes, entre a vida (cotidiana) e o aprendizado especializados das outras disciplinas.

Finalmente, o autor recorre ao pensador Henri Bergson e a um conjunto de quatro pares de conceitos com os quais expande a discussão do papel da educação. A princípio, levanta o par “eu superficial” e “eu profundo”, em que o primeiro pode ser determinado pelas circunstâncias sociais enquanto o segundo é livre, e mais livre se mais ativo. Adiante, recorda a “moral de pressão” e a “moral de aspiração”, quando a primeira conduz a uma “sociedade fechada” na qual a pressão é meio para controle e cujo mote poderia ser ‘vigiar e punir’, ao tempo que a segunda conduziria a uma “sociedade aberta”, por meio do cultivo da emoção, exemplificada na sensação de invasão provocada por uma melodia musical. Em tempo, o autor destaca que os pares não existem isoladamente, mas coexistem na realidade. Por último, o autor afirma que a educação serve à dominação se configurada como “adestramento”, quando o indivíduo é forçado a submissão dos hábitos do grupo, como também pode ser uma “educação de abertura” quando pelo cultivo do místico (não confundir com religioso) o sentimento (emoção) permita uma aspiração a solidariedade social e fraternidade humana (SOARES; ZUNINO; ANDRADE, 2018, p. 174). Nesse último sentido, a educação poderia desenvolver as aptidões de criatividade e de diferenciação que caracterizam a subjetividade humana (SOARES; ZUNINO; ANDRADE, 2018, p. 177).

“O ensino de Filosofia entre nós” encontra momento de densa e, ao mesmo tempo, serena conversa no capítulo oito de Ricardo Henrique Resende de Andrade que é doutor em Filosofia da Educação pela Universidade do Minho, UMINHO, Portugal, mestre e graduado em Filosofia pela UFBA e tem sua produção acadêmica estabelecida principalmente em: história do ensino da filosofia no Brasil; formação de professores da educação básica e superior; Experimentação Educacional; Teorias da Argumentação, Nova Retórica e Teorias da Verdade aplicadas à Educação. Ele exerce a docência na UFRB desde 2010.

Andrade sinaliza, de início, que o retorno conhecido pela Filosofia ao ensino médio definido pela Lei 11.684/2008 exprimiu um movimento que

remonta à década de 1970, levantado por estudantes e professores (dos cursos de Filosofia, sobretudo) e que nos anos 2000 foi encampado pela Associação Nacional de Pós-Graduação em Filosofia (ANPOF), que passou a articular-se com o Ministério da Educação. Pontua, porém, que na esteira do golpe parlamentar de 2016, a Filosofia é de novo uma incógnita, tal como havia sido no texto original da LDB 9.394/1996. Contudo, o professor aponta que a problemática do ensino de Filosofia é devedora de circunstâncias complexas e anteriores, quais sejam: 1) a questão da acomodação da própria Filosofia no Brasil, que foi compreendida desde seus primeiros passos como “‘sem assunto’, ‘sem virtudes autóctones’, ‘flácida’, ‘bacharelesca’, ‘filha bastarda de uma cultura livresca...’” (SOARES; ZUNINO; ANDRADE, 2018, p. 184), enfim, como algo pouco sério, sem valor; 2) ao esgotamento da formação exegética, cujo declínio ocorre junto ao modelo nacional-desenvolvimentista, dando lugar ao enlouquecido modo de hiperprodução/publicização, em que vale mais o quanto se publica do que o quê; e 3) as deficiências sistemáticas da escola pública, de precariedade ainda evidente, associadas a escassez de uma cultura letrada, permitiu no ensino de Filosofia espaço a proselitismos políticos deformadores.

Adiante, o autor situa o processo de formação da carreira profissional do filósofo no Brasil. Ocorrido na USP, sobretudo a partir das missões francesas, ao mesmo tempo em que surge o campo da Filosofia da Educação. Pontua o conflito que se estabelece desde lá entre esses dois polos, de um lado os Filósofos acadêmicos e do outro os Filósofos da Educação, desavença que degenerou, nos anos 1990, em duas distintas condutas docentes. De um lado a “tímida”, que se alimenta de um elitismo cultural excludente e do outro a “intrépida”, alicerçada na impostura intelectual ativista, caudatários da “especialização cega” e do “ativismo recalcitrante”, respectivamente.

Na perspectiva do autor, essa cizânia acentua a precariedade do ensino de Filosofia no Brasil, para o qual soluções criativas poderiam aparecer de um diálogo entre estes polos (Filósofos: acadêmicos e educadores) em torno da questão que tem na formação dos professores e no ensino no nível médio

dois de seus grandes calos. O autor recorda que formar professores preparados para o trabalho filosófico na educação básica talvez seja uma tarefa ainda mais desafiadora do que aquela de formar pesquisadores em Filosofia, como empreendido na USP dos anos 1930. Em todo caso, permite compreender que não é preciso abrir mão do rigor com o qual se forma filósofos pesquisadores nem da militância em torno da universalização da Filosofia no Brasil, pois entre estes dois “não há o que escolher, porque não há o que recusar [...] o ensino de Filosofia sem engajamento é cego, sem rigor é vazio” (SOARES; ZUNINO; ANDRADE, 2018, p. 190).

Como certamente foi notado, o livro é na verdade um grande “mosaico de perspectiva avulsas, reunidas em torno do ensino de Filosofia” (SOARES; ZUNINO; ANDRADE, 2018, p. 41), como o define os próprios organizadores na Introdução. Ao meu juízo, este fato é meritório. Naquilo que se refere a Filosofia e o seu ensino, não imagino permanecermos no campo filosófico quando as afirmações são monolíticas. A própria defesa do ensino de Filosofia como uma questão filosófica, que merece atenção dos filósofos em geral, não encontra caminho único na obra, como na realidade.

Por seu turno, aquela inquietação quanto às formas (métodos e práticas) para o ensino de Filosofia em sala de aula, sobretudo na educação básica – mencionada como tônica entre os participantes do evento na UESB, em que conheci este livro – também encontrou indícios plurais de resposta, sempre provisórias, que passam por caminhos intuitivos (cap. 04), que admite a impossibilidade para afirmar a decisão de mais saber como condição da busca pela Filosofia (cap. 02) ou adjunta o treino de habilidades e a curiosidade teórica pelas razões como maneira de construir uma educação emancipatória (cap. 7) em que não se conduz o outro, fornece-lhe as condições de conscientização verdadeira (cap. 06).

Oportunamente, a obra não deixou de apontar que o modo como a pesquisa (em geral) vem sendo conduzida no Brasil desfavorece o campo filosófico. Tanto pela extremada especialização (cap. 07) que fragmenta infinitamente as áreas e subáreas, quanto pela pressa e imposição de alto

volume produtivo, condições nas quais a tarefa de refletir de modo acurado vai sendo interdita. O livro não deixou de indicar que as raízes desse problema estão no pouco crédito, que desde sempre, a própria Filosofia encontrou em nosso país (cap. 08). Ou que talvez se tenha estabelecido um regime de verdade (cap. 01) ao qual interessa que a inteligência nacional se limite a processos de fabricação (e produção) ligados à vida prática (cap. 04) e distante da intelectual, do livre pensar.

Finalmente, no que se refere à tensa cisão entre o rigor da Tradição e a necessidade de universalização filosófica, o livro constitui-se (ele mesmo) como um exemplo daquilo que é imprescindível para soluções criativas (cap. 08) a este problema: estabelece o diálogo. Filósofos-acadêmicos que não abriram mão de pensar com seu arcabouço teórico de pesquisa e filósofos-educadores que não abriram mão de indicar as urgências e precariedades da realidade escolar, ambos, lançaram-se na tarefa de pensar o ensino de Filosofia. Ganhou a comunidade filosófica (em todas suas expressões), ganham os leitores, sejam graduandos, graduados, professores, outros estudantes e/ou curiosos que têm a oportunidade de pensar pelo prisma diverso e multicolorido desta obra.